

INVESTIGAÇÃO

Após reabertura de negociação de acordo rejeitado em 2018 com advogado Tacla Duran, que acusa seu amigo Ricardo Zucolotto, ex-juiz da Lava-Jato divulga nota de repúdio

Moro vê retaliação da PGR

Brasília – O ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro reagiu com indignação à decisão da Procuradoria-Geral da República de reabrir a negociação de acordo de delação premiada com o advogado Rodrigo Tacla Duran, que atinge o também advogado Carlos Zucolotto, amigo e padrinho de casamento do ex-juiz. Duran está foragido e teve sua proposta de delação recusada em 2016 pela Operação Lava-Jato. Os fatos revelados por ele em relação a Zucolotto já foram investigados pela própria PGR e arquivados em 2018, com o argumento de que não ficaram comprovados crimes.

Tacla Duran foi apontado pela força-tarefa da Operação Lava-Jato como operador financeiro da Odebrecht no exterior. Ele foi alvo da 36ª fase da operação em novembro de 2016, mas estava fora do país. No mesmo ano, tentou acordo de delação premiada para reduzir o valor da multa aplicada pela Justiça, que chegou a R\$ 55 milhões. Duran afirmou ter pago dinheiro a Zucolotto para obter vantagens em seu acordo de delação.

A decisão de Aras é considerada retaliação a Moro e, por isso, agrada ao presidente Bolsonaro, que virou desafeto do ex-ministro. Em nota, Moro disse: "Os relatos de Rodrigo Tacla Duran sobre a suposta extorsão que teria sofrido na Operação Lava-Jato, com envolvimento de um amigo pessoal, Carlos Zucolotto Júnior, já foram investigados na Procuradoria-Geral da República e foram arquivados em 27/9/2018, com parecer do então vice-procurador-geral da República".

Na ocasião, segundo Moro, "o relato não verdadeiro prestado por acusado foragido do país teve o destino apropriado: o arquivamento. Como sempre frisei, ninguém está acima da lei, por tal razão, disponho-me a prestar qualquer esclarecimento que se vislumbre necessário sobre os fatos acima". Moro disse ter ficado indignado com a retomada dos diálogos da PGR com Duran justo no momento em que deixou o governo Bolsonaro.

"Causa-me perplexidade e indignação que tal investigação, baseada em relato inverídico de suposto lavador profissional de dinheiro, e que já havia sido arquivada em 2018, tenha sido retomada e a ela dado seguimento pela atual gestão da Procuradoria-Geral da República logo após a minha saída, em 22/4/2020, do governo do presidente Jair Bolsonaro." Moro conclui: "Lamento, outrossim, que mais uma vez o nome de um amigo seja utilizado indevidamente para atacar a mim e ao trabalho feito na Operação Lava-Jato, uma das maiores ações anticorrupção já realizadas no Brasil".



MARCELO CASAL JR./AGÊNCIA SENADO



Causa-me perplexidade e indignação que tal investigação, baseada em relato inverídico de suposto lavador profissional de dinheiro, e que já havia sido arquivada em 2018, tenha sido retomada e a ela dado seguimento pela atual gestão da Procuradoria-Geral da República logo após a minha saída do governo"

Sergio Moro, ex-ministro da Justiça

Procuradoria nega perseguição

Brasília – A nova negociação da Procuradoria-Geral da República com o advogado Rodrigo Tacla Duran ocorre em um momento no qual o ex-ministro Sergio Moro se tornou adversário de Bolsonaro, após ter pedido demissão do governo e acusado o presidente de tentar interferir politicamente na Polícia Federal, o que gerou um inquérito, em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). O procurador-geral Augusto Aras deixou de fora da negociação a força-tarefa da Lava-Jato de Curitiba, responsável por investigar os crimes de Tacla Duran e que conhece todo o histórico envolvendo sua primeira tentativa, frustrada, de acordo.

Essa nova tentativa de delação é vista por fontes do Ministério Público Federal como retaliação de Aras a Sergio Moro. Um integrante do gabinete do procurador-geral, entretanto, disse que as tratativas começaram por iniciativa da defesa de Duran há três meses, portanto, antes do rompimento entre Moro e Bolsonaro. As conversas, porém, avançaram recentemente e, no início de maio, foi assinado termo de confidencialidade para formalizar a fase preliminar das tratativas de acordo.

Fontes próximas a Duran di-



ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

O procurador-geral da República, Augusto Aras, teria sido procurado por Tacla Duran para tentar nova delação

zem que ele decidiu procurar Aras para nova tentativa de acordo por acreditar que o procurador-geral não está alinhado com os procuradores da Lava-Jato e, assim, estaria disposto a ouvi-lo.

Caso o acordo se concretize, será a segunda delação de Aras desde que assumiu a PGR, em setembro do ano passado. Antes, o procurador fechou acordo com o empresário Eike Batista, mas a

ministra Rosa Weber não concordou com os termos e devolveu a colaboração para ajustes.

Na negociação da delação, Tacla Duran cita declarações que já fez anteriormente à imprensa e

relata ter pago US\$ 5 milhões a Zucolotto em troca de obter condições favoráveis na negociação de sua delação com a Lava-Jato em 2016, como diminuição do valor multa de R\$ 55 milhões. Mas essa vantagem não foi adiante, porque o acordo acabou recusado pela Lava-Jato.

NEGOCIAÇÕES Esse mesmo relato foi objeto de investigação na PGR aberta em 2018. O caso foi arquivado pelo então vice-procurador-geral da República Luciano Mariz Maia porque não se provou a participação de Zucolotto nas negociações nem o suposto acordo para reduzir o valor da multa. "Nada comprova a negociação espúria entre os representados e Rodrigo Tacla Duran, por intermédio de seu advogado, muito menos com participação do advogado Carlos Zucolotto Júnior", apontou na ocasião o vice-PGR.

Tacla Duran é réu em quatro ações penais movidas pela Lava-Jato, acusado de operar esquemas de lavagem de dinheiro para diversas empreiteiras e diferentes partidos políticos, mas a Justiça brasileira até hoje enfrenta dificuldades para localizá-lo e intimá-lo para que se defenda nos processos. Com isso, os casos estão paralisados.

CPMI das Fake News deve retomar trabalhos

Brasília – O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que é necessário retomar os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News, já que o assunto é importante e é necessário dar um basta na divulgação de informações falsas e ataques virtuais. "Acho que a CPMI precisa voltar a funcionar. Esse tema é muito sério. Estive agora almoçando com um parlamentar que disse que, no meio da pandemia, ele estava no exterior, nos EUA, passeando. Tem que ter um basta, mas com um texto que respeite a liberdade de

imprensa, mas que responsabilize aqueles que financiam o ataque às imagens das pessoas e das instituições. O Supremo está fazendo seu papel no inquérito", afirmou Maia ontem. Ele defende a aprovação de um projeto de lei que responsabilize as empresas da internet no combate às fake news. "A investigação está sendo feita pela CPMI. Chegando ao resultado, vai encaminhá-lo ao Ministério Público", disse.

Um levantamento feito pela CPMI concluiu que o governo federal exibiu 653.378 vezes anúncios em 47 canais de notícias falsas em 38 dias. Ao todo, foram identifica-

das 2 milhões de reproduções de anúncios do governo em canais de conteúdo inadequado, entre 6 de junho e 13 de julho de 2019.

O número representa 4,37% das 47.188.047 impressões de anúncios avaliadas, que é o resultado para contar quantas vezes um anúncio foi exibido em campanhas patrocinadas pelo governo. A análise abrange canais que mais veicularam inserções da campanha "Nova Previdência" do governo.

O documento foi produzido por consultores legislativos da Casa, com base em informações enviadas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Segundo os consultores, foi possível comprovar a existência de inserção de publicidade em sites de notícias falsas, incluindo diários que já vêm sendo monitorados pela CPMI.

Os técnicos disseram que existe pouco controle sobre os canais que recebem anúncios do governo federal, já que o sistema da Secom identifica todos os anúncios publicados na rubrica "Google AdSense", sem a identificação dos veículos anunciantes.

A ferramenta direciona a publicidade de forma automática aos sites, mas é possível ao anunciante bloquear canais específicos.

PREFEITURA DE VESPASIANO/MG
PL Nº 091/2020 – PE Nº 020/2020. A Pregoeira torna público aos interessados os PEDIDOS E AS RESPOSTAS AO ESCLARECIMENTO E À IMPUGNAÇÃO. A íntegra das publicações encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.vespasiano.mg.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Maria Aparecida de Araújo Aquino Ananias. Pregoeira Oficial.

PREFEITURA DE VESPASIANO/MG
EXTR. DE CONTR. Nº 054/2020 – P.L. Nº 129/2019 – P.P. Nº 0042/2019. DAS PARTES: PMV e a empresa AMAZÔNIA IND. E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: Contrato de saldo remanescente do Processo Licitatório nº 129/2019 - Pregão Presencial nº 042/2019, referente à aquisição de pães, sanduíches, sucos e lanches. VIG: 12 meses. VLR: R\$ 115.535,88. FDO: 212.

PREFEITURA DE VESPASIANO/MG
PL Nº 069/2020 – PE Nº 014/2020. A Pregoeira torna público aos interessados a CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA. A íntegra da publicação encontra-se disponível nos endereços eletrônicos www.vespasiano.mg.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Maria Aparecida de Araújo Aquino Ananias. Pregoeira Oficial.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ELETRÔNICA - A Diretoria Geral do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco – APUBH, inscrito no CNPJ 21.853.775-0001-80, com sede na Rua Artur Inácio, 79 - São José/Pampulha, Belo Horizonte - MG, CEP 31275-020, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca toda a categoria dos docentes ativos e inativos de Universidades Federais de sua base territorial para a realização de Assembleia Geral Eletrônica, nos termos do art. 21 do Estatuto, a ser realizada no dia 09/06/2020 às 9:00 horas, em primeira convocação, e às 9 horas e 30 minutos, em segunda e última convocação. O período de debate ocorrerá de 9 horas e 30 minutos às 11 horas e 30 minutos e o período de votação eletrônica de 11 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos, por meio dos acessos disponibilizados na página eletrônica do sindicato, para apreciação e deliberação sobre os seguintes pontos de pauta: 1- Informes; 2- Conjuntura: ataques do fascismo e defesa da democracia; 3- Retomada das aulas e atividades remotas emergenciais; 4- Pós-graduação e a relação com as agências de fomento. Belo Horizonte, 04 de junho de 2020. Diretoria Geral.

PREFEITURA DE VESPASIANO/MG
PROCESSO 31/2020 - INEXIGIBILIDADE 02/2020. A CPL julga habilitadas e credenciadas CLÍNICA DE IMAGEM SÃO SEBASTIÃO LTDA. e SEMF SERVIÇOS RADIOLÓGICOS LTDA. Abre-se vista p/ recurso e contrarrazão. Lécia Soares, Presidente da CPL.

PREFEITURA DE VESPASIANO/MG
PL 071/2020 - PE 015/2020. 1ª RETIFICAÇÃO. A pregoeira torna pública aos interessados a 1ª Retificação, oportunamente comunica a reabertura do certame e contagem do prazo de ancoragem. Início de acolhimento de propostas: Às 08h do dia 19/06/2020; As propostas serão recebidas até às 08 horas do dia 23/06/2020; Início da sessão de disputa de preços: 09 horas do dia 23/06/2020. A íntegra encontra-se disponível nos endereços eletrônicos: www.vespasiano.mg.gov.br e www.comprasnet.gov.br.